

ESCOLA: ESPAÇO DE REFLEXÕES E SUSTENTABILIDADE*

Adriana Ribeiro de Santana Sampaio⁽¹⁾

Mestre em Educação

Lidyane Silva Gomes⁽²⁾

Especialista em Gestão, Supervisão e Orientação Educacional

Karla Mamede Tomaz Miranda⁽³⁾

Mestre em Educação

Faculdade Pitágoras do Maranhão-www.pitagoras.com.br

RESUMO:

Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica, que tem como objetivo analisar a função social da escola como espaço que busca o desenvolvimento sustentável através de suas práticas. Dessa forma, o presente artigo, aborda questões relevantes como as diferentes formas de existência e seus reflexos na sociedade contemporânea, a escola com espaço de construção da sociedade, a discussão da temática no plano político e a necessidade do processo de humanização das relações. Contempla por fim, a importância do processo de conscientização do homem e mudança radical entre o mesmo e a natureza, tendo a escola um suporte para tal mudança.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Cultura, Cidadania, Sustentabilidade

1-INTRODUÇÃO

Como todos sabem, a educação veio ao longo da história da humanidade processando-se das mais variadas formas, levando, é claro, em consideração aspectos que norteiam o entendimento de cada povo sobre o que ela seja e como deve processar-se, que aspectos devem ser evidenciados e quais devem ser descartados. Isso faz dela diferente em cada lugar e em cada contexto histórico pois apresenta inúmeras indagações filosóficas e políticas, quer seja para a contribuição de pessoas livres, capazes de articular seu próprio caminho, quer seja para a subjugação ou dominação – imposição de valores e sistemas simbólicos de um grupo sobre os demais.

No Brasil não foi diferente. Embora saibamos que a educação pode servir a vários fins dependendo do que objetiva-se com ela, podemos, sem dúvida, afirmar que quando bem intencionada, a mesma exige um grande empreendimento que envolve várias etapas e muitos ingredientes para sua realização com excelência. Entre esses ingredientes figuram a realidade e os desejos individuais e coletivos.

Quando nos reportamos a interesses coletivos torna-se evidente lembrar de aspectos culturais, tal a sua magnitude, visto que a mesma (cultura) é responsável por perpassar tudo que acontece nas nossas vidas e todas as representações que fazemos desses acontecimentos (políticos, econômicos e sociais). Isso implica em mudanças no cenário educacional visto que a escola passa a ser arena privilegiada de diferentes choques teóricos e práticos em torno de infinitas questões.

Uma delas perpassa a necessidade de adoção de uma visão – e conseqüentemente prática – mais crítica, delineada pelo entendimento do meio ambiente como bem comum para a produção de condições dignas para todas as pessoas sem que seja destruída a base natural e o respeito à diversidade cultural, pressupostos para uma sociedade sustentável.

* Pesquisa Bibliográfica.

(1) Mestre em Educação pela UCB-Brasília. E-mail: adrisantana13@gmail.com

(2) Especialista em Orientação, Supervisão e Gestão Educacional. E-mail: lidyane_sil@hotmail.com

(3) Mestre em Educação pela UCB-Brasília. E-mail: karlamamede@hotmail.com

Tudo isto será possível à medida que entendermos a necessidade de mudar práticas imediatas arrogadas no ter. E isto requer mudanças individuais e coletivas que impactam tanto nas práticas cotidianas, como também na função social da escola, visto que esta objetiva dar respostas sociais para o cumprimento de seu papel político e na contribuição de ações pelas quais formamos nossas individualidades e que precisam de rupturas com os padrões atuais de sociedade.

Dentro deste contexto, abordaremos o papel da escola como auxiliadora na construção de um mundo mais justo e sustentável.

2-ESCOLA E SUSTENTABILIDADE

Uma, dentre as várias missões da escola, está em possibilitar a todos os seres humanos meios de entender as formas de sua existência (social, política ou econômica), que lhes dêem suporte para assimilar que a história é um movimento real e incessante pelo qual os homens, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociedade e procuram fixá-lo em instituições determinadas (família, relações políticas, relações de trabalho, instituições religiosas, tipos de educação, costumes, linguagens...). Além de tudo isto, é função social da escola também, possibilitar ao homem que compreenda sua relação com a natureza e como esta irá impactar nas vidas coletivas.

Porém, vale lembrar que nem sempre foi assim, Demo (2010) afirma que durante muitos anos, devido a lógica do sistema capitalista, muitos foram privados do acesso a uma educação de qualidade, aquela que permite ao homem recriar-se e dar novos rumos a seu destino. Na verdade, ele acredita que seja necessário haver alterações nas condições materiais que geram as desigualdades econômicas do país para que se possa pensar em educação de qualidade e igual para todos. Isso porque nessa forma de organização social os interesses das camadas são distintos e as camadas privilegiadas sempre tentarão passar a ideia de naturalidade dos fatos, tentando convencer os desfavorecidos financeiramente que não vale a pena lutar por mudanças, principalmente se as mesmas nortearem a aquisição do saber.

Não temos como negar que, à medida em que as sociedades foram se tornando mais complexas os interesses das classes foram sendo alterados, não satisfazendo mais os valores das comunidades primitivas voltado para o coletivo e a admiração do que era possível receber e elaborar, altera-se também a função da escola e a forma de relacionamento entre as pessoas e o próprio meio. O homem não mais se humaniza nas relações em que estabelece, pois agora vira fator de produção uma vez que vende sua força de trabalho.

Modificados todos esses processos, passam a ser instauradas leis que regem toda a convivência humana com os demais grupos e estas vão se solidificando, delineando assim uma nova ordem social. Porém, dentro desse novo contexto, têm-se um espaço também pensado pelo homem e que só tem razão de ser se este cumpre com a sua função social, refirimo-nos à escola, que nas sociedades modernas passaram a agrupar responsabilidades maiores tendo em vista a necessidade de formação do ser historicamente crítico que possa a ser capaz de construir, como diria Demo (1995, p. 1): “[...] história própria e coletivamente organizada”.

No tocante à Constituição Federal, temos no Artigo 225 que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 2008).

* Pesquisa Bibliográfica.

(1) Mestre em Educação pela UCB-Brasília. E-mail: adrisantana13@gmail.com

(2) Especialista em Orientação, Supervisão e Gestão Educacional. E-mail: lidyane_sil@hotmail.com

(3) Mestre em Educação pela UCB-Brasília. E-mail: karlamamede@hotmail.com

Dentro desse contexto, fica claro que a escola, espaço que colabora para a construção da sociedade, também precisa adaptar-se à essa nova exigência, pois como é sabido por todos a educação ambiental apresenta-se como um importante mecanismo para se alcançar o que reza a constituição. Isso sem falar que, segundo o PCN, mais de 170 países foram representados por cidadãos na Conferência Internacional Rio/92 (BRASIL, 1998), e lá assinou-se

[...] tratados nos quais se reconhece o papel central da educação para a 'construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado', o que requer 'responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário'. E é isso o que se espera da Educação Ambiental no Brasil. (BRASIL, 1998).

Portanto, não pode a escola, muito menos o professor, deixar despercebido essas questões. A escola precisa estar presente na construção e desenvolvimento do espírito crítico e do pensamento reflexivo, possibilitando oferecer à comunidade interna e externa uma ampla gama de projetos e serviços, para, assim, atingir seus princípios básicos, por meio de uma prática baseada na ética e na cidadania ambiental. Esse é o passo inicial para o entendimento e enfrentamento das consequências de vários séculos sobre um agir impensado em relação ao futuro da humanidade. Só assim perceberemos como a atividade humana modifica radicalmente a configuração da camada natural das terras do mundo.

A destruição indiscriminada de florestas e zonas verdes, pastagens e a gestão inadequada das terras agrícolas conduziram à degradação de grandes extensões de terra. Essa degradação acarreta não só a destruição do ambiente físico, mas também de certas culturas e até mesmo de povos inteiros, visto que a diversidade biológica, social e cultural representa a riqueza da terra e a garantia de sua perenidade.

Este entendimento e conscientização podem ocorrer de diversas maneiras, uma delas é através de programas e currículos escolares em que a temática da educação para o desenvolvimento sustentável seja tratada de modo transversal nas várias matérias e níveis de aprendizagem. Isto é fundamental que ocorra, pois nossos alunos precisam saber que a poluição é consequência do modo de produção e vida da população, mais do que do seu número.

A Constituição Federal, ao consagrar o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito do cidadão estabelece vínculo entre qualidade ambiental e cidadania. Para garantir a efetividade deste direito, a carta magna determina como uma das obrigações do poder público a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública.

Isto é um ato político, baseado em valores para a transformação social. Essa conscientização é valiosa e deve tratar questões como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna. É desejável que lembremo-nos da necessidade de viver em um mundo diferente, transformador, harmônico e equitativo.

Não podemos esquecer também, que os problemas urbanos relacionam-se aos problemas ambientais básicos vivenciados pelo povo brasileiro. Nossas cidades encontram-se no centro da problemática ambiental, igualmente articulada ao quadro da exclusão social.

* Pesquisa Bibliográfica.

(1) Mestre em Educação pela UCB-Brasília. E-mail: adrisantana13@gmail.com

(2) Especialista em Orientação, Supervisão e Gestão Educacional. E-mail: lidyane_sil@hotmail.com

(3) Mestre em Educação pela UCB-Brasília. E-mail: karlamamede@hotmail.com

O crescimento desordenado de algumas cidades e a ausência de uma política habitacional nos dá como resposta a ocupação de áreas ambientais frágeis como: beira de córregos, encostas íngremes, várzeas inundáveis e áreas de proteção dos mananciais; tudo isso constitui a única alternativa de moradia para os excluídos do mercado residencial formal.

Torna-se, portanto necessário, segundo Loureiro (2012), que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento, pois sem esta condição, não se consegue resolver os crescentes e complexos problemas ambientais.

CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto que a escola apresenta-se como a instituição responsável pela educação formal dos homens, tendo sido por eles escolhida, condicionada e, sendo estes, seus atores principais. Tanto o tempo histórico vivido pelos homens como fatores socioeconômicos determinam a função desta instituição que carrega consigo a responsabilidade de educar. E, não podendo determinar todos os seus rumos sozinha, enfrenta o desafio de superar a cada momento político/histórico as demandas que este momento traz consigo.

As escolas devem buscar desenvolver um posicionamento crítico em seus alunos no que tange os aspectos ambientais, ter autonomia didática e administrativa e congregar um corpo docente que entenda sobre os limites da renovabilidade dos recursos naturais de forma satisfatória. Exercer atividade docente em escolas exige do professor um caráter pesquisador que questiona o seu próprio pensamento e sua prática, age reflexivamente, toma decisões coerentes e respeita a diversidade.

Para que isto se realize, importante se faz acreditar na escola. Sabemos que ela não é a única instância responsável por tamanha mudança, porém, apresenta-se como importante aliada na construção de um mundo menos injusto e ecologicamente equilibrado.

* Pesquisa Bibliográfica.

(1) Mestre em Educação pela UCB-Brasília. E-mail: adrisantana13@gmail.com

(2) Especialista em Orientação, Supervisão e Gestão Educacional. E-mail: lidyane_sil@hotmail.com

(3) Mestre em Educação pela UCB-Brasília. E-mail: karlamamede@hotmail.com

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas 87 Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília, DF: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. 436p.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995

_____. **Saber, pensar é questionar**. Brasília, DF: Líber Livro, 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.

* Pesquisa Bibliográfica.

(1) Mestre em Educação pela UCB-Brasília. E-mail: adrisantana13@gmail.com

(2) Especialista em Orientação, Supervisão e Gestão Educacional. E-mail: lidyane_sil@hotmail.com

(3) Mestre em Educação pela UCB-Brasília. E-mail: karlamamede@hotmail.com